

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

RELATÓRIO TÉCNICO

Em cumprimento a Resolução nº 002/2015/TCM-PA e Art. 1° da Lei Municipal

N.º 274/2005, apresenta-se o Relatório Técnico no qual consta o resultado do

exame das contas anuais do Município de Tucumã, exercício financeiro de

2017, com o objetivo de subsidiar a emissão do Parecer sobre as Contas

prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Este relatório consolida o resultado do controle interno concomitante sobre as

informações prestadas a esta Controladoria Geral do Município por meio

informatizado. As contas do Poder Executivo no exercício financeiro em exame

estiveram sob o governo do Sr. Adelar Pelegrini de 01/01/2017 até 31/12/2017,

(Prefeito), e, as do Poder Legislativo, do Sr. Anivaldo Julião de Lima,

(Presidente)

2 PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração municipal:

A) Poder Executivo

Administração Direta

- Prefeitura Municipal
- Fundo Municipal de Saúde
- Fundo Municipal de Educação
- Fundo Municipal de Assistência Social
- FUNDEB
- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Fundo Municipal do Meio Ambiente, Turismo e Industria
- Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

B) Poder Legislativo

- Câmara Municipal

3 RESULTADO DA ANÁLISE DAS AÇÕES DE GOVERNO

3.1 Processo Orçamentário

3.1.1 PLANO PLURIANUAL (PPA)

Por meio da Lei n° 579-A de 26 de Outubro de 2017, aprovou-se o plano plurianual do Município para vigorar no período de 2017-2020 (Protocolo

TCM/PA N° 201880037).

3.1.2 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA (LDO)

Por meio da Lei n° 562 de 13 de junho de 2016, aprovaram-se as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício em exame (Protocolo TCM/PA N°

201783527.

3.1.3 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) E ALTERAÇÕES

A Lei nº 564 de 06 de janeiro de 2017, encaminhada ao Tribunal aprovou o

Orçamento Anual, no exercício financeiro 2017, do Município de Tucumã, para

o exercício em exame (Processo Nº 201785679).

4. RESULTADO DA ANÁLISE DA GESTÃO

4.1 Do Orçamento e Alterações Orçamentárias:

O Orçamento Anual do Município de Tucumã, aprovado pela Lei nº 564/2017,

fixou a despesa para o Município de Tucumã no valor de R\$ 128.121.051,88



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

(cento e vinte oito milhões, cento e vinte e um mil, cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos), sendo:

- a) A receita do orçamento fiscal no valor de R\$ 94.426.957,94 (Noventa e quatro milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e cinquenta e sete reais, noventa e quatro centavos).
- b) A receita do orçamento da Seguridade social no valor de R\$ 33.694.075,94 (trinta e três milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, setenta e cinco reais, noventa e quatro centavos).

Descrição	Levantado	Demonstrado	Diferença
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	128.121.051,88	128.121.051,88	0,00
DOTAÇÃO INICIAL	128.121.051,88	128.121.051,88	0,00
CREDITO INICIAL - LEI ORÇAMENTÁRIA	128.121.051,88	128.121.051,88	0,00
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	23.368,092,18	23.368,092,18	0,00
ANULAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DE DOTAÇÃO	23.362,081,18	23.362,081,18	0,00
DOTAÇÃO ESPECIAL	6.011,00	6.011,00	0,00
DOTAÇÃO CANCELADA			0,00
(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÃO	23.368.092,18	23.368.092,18	0,00
PERCENTUAL DE SUPLEMENTAÇÃO	18,24	18,24	0,00

Verificou-se os atos de abertura de crédito especial e suplementares através de Leis e Decretos, como segue:

	DECRETO			TIPO DE CREDITO		FONT	E DE RECUF	RSOS
ÓRGÃO	NÚMERO	DATA	LEI	SUPLEMETAR	ESPECIAL	ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECAD	SUPERÁVIT FINANCEIRO
PM	037 –A	02/01	564	1.415.675,18	0,00	1.415.675,18	0,00	0,00
CM e PM	037- B	02/01	564	0,00	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00
CM e PM	038	01/02	564	1.365.000,00	0,00	1.365.000,00	0,00	0,00
CM e PM	086	01/03	564	2.571.306,00	0,00	2.571.306,00	0,00	0,00
CM e PM	095	01/05	564	1.010.000,00	0,00	1.010.000,00	0,00	0,00
	095-A	01/05	564	0,00	8,00	8,00	0,00	0,00
	115	03/07	564	3.413.500,00	0,00	3.413.500,00	0,00	0,00
	126-A	01/09	564	0,00	3,00		0,00	0,00
	126	01/09	564	6.986.300,00	0,00	6.986.300,00	0,00	0,00
CM e PM	146	01/11	564	6.600.300,00	0,00	6.600.300,00	0,00	0,00
TOTAL				23.362.081,18	6.011,00	23.368.092,18	0,00	0,00



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

4.2 Receita Orçamentária Consolidada

4.2.1 DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA

Para o exercício financeiro de 2017, a receita prevista foi de R\$ R\$ 128.121.051,88 (cento e vinte oito milhões, cento e vinte e um mil, cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos) sendo arrecadado o montante de R\$ 92.193.507,16 (Noventa e dois milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e sete reais, dezesseis centavos).

Descrição	ORÇADO	REALIZADO	Diferença
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIA)	125.901.551,88	89.935.620,93	35.974.930,95
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.536729,38	5.520.193,08	6.981.536,30
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.898.612,00	3.740.822,71	-842.210,71
RECEITA DE SERVIÇOS	115.700,00	49.825,00	65.875,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.279.463,94	5.541.147,00	-2.273.683,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	83.702.900,00	66.885.189,95	16.817.710,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	421.622,00	3.589.850,42	-3.168.228,42
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	2.210.500,00	2.257.886,23	-47.386,23
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.210.500,00	2.257.886,23	-47.386,23
RECEITAS DE CAPITAL	22.990.524,56	4.608.592,77	18.381.931,79
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	22.990.524,56	4.608.592,77	18.381.931,79
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	6.945.200,00	4.608.592,77	2.336.607,23
TOTALIZAÇÃO	128.121.051,88	92.193.507,16	35.927.544,72

4.2.2 DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Descrição	ORÇADO	REALIZADO	Diferença
RECEITAS	102.955.027,32	85.327.028,16	17.627.999,16
RECEITAS CORRENTES	102.955.027,32	85.327.028,16	17.627.999,16
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.536.729,38	5.520.193,08	6.981.536,30
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.898.612,00	3.740.822,71	-842.210,71
RECEITA DE SERVIÇOS	115.700,00	49.825,00	65.875,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.279.463,94	5.541.147,00	-2.273.683,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	83.702.900,00	66.885.189,95	16.817.710,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	421.622,00	3.589.850,42	-3.168.228,42
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
(-) CONTRIB. DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	2.210.500,00	1.346.374,42	864.125,58
TOTALIZAÇÃO RCL	100.744.527,32	83.980.653,74	16.763.873,58



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

4.3 Despesa Consolidada

4.3.1 DESPESA TOTAL

A despesa realizada no exercício financeiro de 2017 atingiu o montante liquidado de R\$ 81.858.678,76 (oitenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e setenta e oito reais, setenta e sete centavos), sendo pago o montante de R\$ 79.160.175,68 (setenta e nove milhões, cento e sessenta mil, cento e setenta e cinco reais, sessenta e oito reais) e inscrito em restos a pagar processado de o valor de R\$ 2.698.503,08 (Dois milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quinhentos e três reais, oito centavos).

5 DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS

Função	Dotação Atualizada	Realizado	Diferença	Real %
DESPESA (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIA	125.695.551,88	79.685.184,50	46.009.367,38	63,40
01 - LEGISLATIVA	2.931.600,00	2.644.758,27	286.841,73	90,22
04 - ADMINISTRAÇÃO	30.236.514,56	17.495.488,83	12.741.025,73	57,86
08 - ASSITÊNCIA SOCIAL	5.027.500,00	2.992.997,59	2.034.502,41	59,53
09- PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.016.275,94	2.444.060,61	3.572.215,33	40,62
10 - SAÚDE	25.541.370,00	18.944.706,26	6.596.663,74	74,17
12 - EDUCAÇÃO	40.478.800,00	32.207.323,80	8.271.476,20	79,57
14 - DIRETO DA CIDADANIA	2.860.100,00	742.370,02	2.117.729,98	25,96
16 - HABITAÇÃO	3.075.746,00	165.163,29	2.910.582,71	5,37
18 - GESTÃO AMBIENTAL	6.237.000,00	358.989,20	3.248.710,80	9,95
20 - AGRICULTURA	2.939.094.00	1.213.378,25	1.725.715,75	41,28
27 - DESPORTO E LAZER	2.532.000,00	475.948,38	2.056.051,62	18,80
99 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA	447.851,38	0,00	0,00	0,00
DESPESA INTRA-ORÇAMENTARIA	2.426.500,00	2.173.494,26	253.005,74	89,57
04- ADMINISTRAÇÃO	260.000,00	211.216,29	48.783,71	81,24
08- ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.500,00	11.535,36	11.535,36	85,45
10- SAÚDE	350.000,00	286.628,92	286.628,92	81,89
12- EDUCAÇÃO	1.789.000,00	1.655.616,29	133.383,71	92,54
14 – DIREITOS DA CIDADANIA	9.000,00	8.497,40	502,60	94,42
16- HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	128.121.051,88	81.858.678,76	46.262.373,12	·



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

5.1 Da Aplicação de Recursos em Educação

5.1.1 CUMPRIMENTO DO ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Foi aplicado o montante de R\$ 11.473.870,79 (Onze milhões, quatrocentos e

setenta e três mil, oitocentos e setenta reais, setenta e nove centavos),

correspondente a 28,86% da receita base na manutenção e desenvolvimento

do ensino de R\$ 39.723.899,86 (trinta e nove milhões, setecentos e vinte e três

mil, oitocentos e noventa e nove reais, oitenta e seis centavos), ficando ainda,

3,36% acima, constatado o cumprimento do disposto no Art. 212 da

Constituição Federal.

5.1.2 FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA

EDUCAÇÃO (ART. 60, ADCT)

Do total arrecadado do FUNDEB R\$ 27.146.578,83 (vinte e sete milhões, cento

e quarenta e seis mil, quinhentos e setenta e oito reais, oitenta e três

centavos), foram destinados 60,82% para a remuneração e valorização dos

profissionais do magistério - ensino infantil e fundamental, correspondente a

R\$ 16.510.647,65 (dezesseis milhões, quinhentos e dez mil, seiscentos e

quarenta e sete reais, sessenta e cinco centavos). Observou-se que o

Município de Tucumã cumpriu o que determina a Lei do FUNDEB (Lei nº

11.494/2007).

5.2 Da Aplicação de Recursos em Saúde

5.2.1 DO CUMPRIMENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/2000

Foi aplicado o montante de R\$ 9.234.723,18 (Nove milhões, duzentos e trinta e

quatro mil, setecentos e vinte e três reais, dezoito centavos), correspondente a

23,24% da receita base de R\$ 39.723.899,86 (trinta e nove milhões, setecentos



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

e vinte e três mil, oitocentos e noventa e nove reais, oitenta e seis centavos), em ações e serviços públicos de saúde, cumprindo o disposto na EC 29/00.

5.3 Pessoal

5.3.1 LIMITES LEGAL

Despesa com Pessoal - Poder Executivo	Valor
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - (I)	40.652.730,70
(+) Despesas c/ Pessoal Bruta	47.376.685,35
Pessoal Ativo	45.462.792,86
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.913.892,49
Encargos Patronais Apropriados	0,00
(-) Despesas não computadas (art. 19, § 1º – LRF)	6.724.954,65
Indenização por Demissão e Incentivo à Demissão Voluntária	2.924.696,94
Despesas de Exercícios Anteriores	1.886.365,22
OUTRAS DESP. DE PESSOAL – CONT. DE TERC. (Art. 18, § 1° – LRF) – (II)	0,00
ENCARGOS PATRONAIS ESTIMADOS E NÃO APROPRIADOS - (III)	0,00
Instituto Nacional de Seguro Social	0,00
TOTAL DA DESP. PESSOAL P/ FINS APURAÇÃO DO LIMITE - TDP	40.651.730,70
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	83.480.653,74
TDP/RCL - %	48,70%
LIMITE MÁXIMO (Incisos III, b, Art. 20 – LRF) – 54 %	5,30%

- 1. O gasto com o pessoal do Poder Executivo totalizou o montante de R\$ 40.651.730,70, correspondente a 48,70% da RCL, ficando 5,30% abaixo do limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, "b" da LRF.
- 2. O gasto total do município com o pessoal totalizou o montante de R\$ 42.417.182,30, correspondente a 50,81% da RCL, cumprindo o limite máximo de 60% estabelecido no art. 19, inc. III da LRF.



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

5.4 Restos a Pagar

5.4.1 LIMITE DE RESTOS A PAGAR (ART. 1°, §1° DA LRF)

Disponibilidade Financeira - Poder Legislativo					
Unidades Gestora	Resto a Pagar	Caixa	Bancos	Aplicações	Saldo
CM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Disponibilidade Fin	anceira - F	oder Executivo		
Unidades Gestora	Resto a Pagar	Caixa	Bancos	Aplicações	Saldo
PM	375.077,96	0,00	4.263.641,09	0,00	
FME	24.295,86	0,00	481.327,62	0,00	
FMS	594.148,37	0,00	2.596.989,04	0,00	
FMAS	51.277,04	0,00	297.862,24	0,00	
FMDCA	1.834,77	0,00	12.573,16	0,00	
FUNDEB	1.646.954,90	0,00	7.016.988,79	0,00	
FMHIS	305,99		0,00	0,00	
IPMT	30,44		45.499.872,53	0,00	
FMMA	4.577,75	0,00	598.123,60	0,00	
TOTAL PODER EXECUTIVO	2.680.503,08	0,00	60.767.378,07	0,00	58.086.874,99

Constatou-se que foi cumprido o Art. 1°, § 1° da LRF.

5.5 Do Legislativo

5.5.1 - LIMITE LEGAL

O repasse líquido ao Poder Legislativo totalizou R\$ 2.650.569,00, correspondentes a 6,82% da receita base do exercício de 2016, no valor de R\$ 38.843.302,24, assegurando o cumprimento do limite máximo estabelecido no art. 29-A, § 2°, inc. I, da CF/88.

O total da despesa do legislativo totalizou R\$ 2.644.758,27, correspondente a 6,80% da receita base de R\$ 38.843.302,24, assegurando o cumprimento do limite máximo estabelecido no art. 29-A, da CF/88.

6. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS (ART. 29, V E VI, 37, X E XI, 39, §4°)

Os subsídios dos Gestores Municipais foram fixados através da Lei nº 482/2013, devidamente cadastrada no TCM.



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Constatou-se, então, que os pagamentos efetuados observaram os valores fixados.

Nome	Fixado (R\$)	Pago (R\$)	A Devolver (R\$)
ADELAR PELEGRINI	20.000,00	20.000,00	0,00
MIGUEL MARQUES MACHADO	14.000,00	14.000,00	0,00
TOTAL	34.000,00	34.000,00	0,00

7. PATRIMÔNIO

Despesa realizada no elemento 4490.52 (Equipamentos e Material Permanente), no decurso do exercício, foram adquiridos Bens Permanentes no montante de R\$ 1.278.330,70 (um milhão, duzentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta reais, setenta centavos) para o Poder Executivo e R\$ 149.866,43 (cento e quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e seis reais, quarenta e três centavos) para o Legislativo.

8. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Foram cumpridas as normatização vigentes sobre transparência, publicando diariamente toda a movimentação contábil do Poder Executivo Municipal, para consulta da população e interessados, utilizando o endereço eletrônico (http://www.prefeituradetucuma.pa.gov.br), atualizado até a presente data.

9. DEMAIS CONSTATAÇÕES

10. Contratos Temporários

Constatou-se o pagamento de despesa com Contratos Temporários na PM de Tucumã para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no montante de R\$ 17.200.580,33 (dezessete milhões, duzentos mil, quinhentos e oitenta reais, trinta e três centavos).

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A Lei nº 572/2017, que dispõe sobre a Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público,

conforme os termos do Inciso IX do art.37 da Constituição Federal.

10.1 Processos Licitatórios

10.2 Processos Licitatórios

Os Processos Licitatórios foram publicados no Portal dos Jurisdicionados do

TCM/PA. Bem como no portal de transparência do município no endereço

www.prefeituradetucuma.pa.gov.br

CONCLUSÃO

Após análise da prestação do exercício 2017, constatou-se o seguinte:

1. O saldo disponível em Caixa e Bancos é suficiente para cobrir o montante de

compromissos a pagar, conforme balancete financeiro, cumprindo o disposto

no art. 1°, §1° da LRF.

Tucumã 02 de Abril de 2018.

Evani Geraldo de Oliveira

Controlador Geral do Município